

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.248 - AL
(2018/0264553-3)**

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **NAYRON BARBOSA LIMA**
AGRAVANTE : **NIEDSON DIAS DA SILVA**
AGRAVANTE : **ARNALDO SARMENTO DE AZEVEDO FILHO**
AGRAVANTE : **DOUGLAS DE HOLANDA FONSECA**
AGRAVANTE : **PERICLES ANTONIO CABRAL DA SILVA**
AGRAVANTE : **VALDECIR FERREIRA DE ARAUJO**
AGRAVANTE : **WILLIAMS OLIVEIRA PEIXOTO**
ADVOGADOS : **CRISTIANO BARBOSA MOREIRA - AL007563**
: **MAURO JORGE TENORIO GOMES JUNIOR - AL010480**
AGRAVADO : **ESTADO DE ALAGOAS**
PROCURADOR : **ELDER SOARES DA SILVA E OUTRO(S) - AL009233**

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR MILITAR. PRETENSÃO DE REVISÃO DE ATO DE PROMOÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA.

1. "A pretensão de se revisar ato de promoção, no curso da carreira militar, prescreve em cinco anos, nos termos do que dispõe o art. 1º do Decreto n. 20.910/32, ocorrendo assim a chamada prescrição do fundo de direito" (AgRg nos EDcl no AREsp 250.265/PR, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 19/2/2013).

2. No mesmo sentido: AgInt no AREsp 1270949/ES, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 08/08/2018; REsp 1762520/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 21/11/2018; AgInt no AREsp 861.415/DF, Rel. Min. OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 23/10/2018.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

